

ATA DA 004ª SESSÃO ESPECIAL DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023, EM HOMENAGEM
AOS 90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL CATARINENSE
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão especial.

Convido, neste momento, as autoridades que
irão compor a Mesa e que serão nominadas a
seguir:

Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral de Santa Catarina,
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann;

Excelentíssimo senhor Procurador-Geral do
Estado de Santa Catarina, Márcio Luiz Fogaça
Vicari, neste ato representando o excelentíssimo
senhor Governador do Estado de Santa Catarina,
Jorginho Mello;

Excelentíssima senhora Desembargadora do
Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Vice-
Presidente e Corregedora Regional Eleitoral eleita
do TRE-SC, doutora Maria do Rocío Luz Santa Ritta;

Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral de Santa Catarina no período de
1997-1998, doutor João José Ramos Schaefer;

Excelentíssimo senhor Procurador Regional
Eleitoral, integrante do Pleno do Tribunal
Regional Eleitoral de Santa Catarina, André
Stefani Bertuol;

Excelentíssimo senhor Diretor-Geral do
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina,
Gonsalo Agostini Ribeiro, representando todos os
servidores do TRE-SC.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e
senhores, a presente sessão foi solicitada pela
Mesa e aprovada por unanimidade pelos demais
parlamentares em homenagem aos 90 Anos da Justiça
Eleitoral Catarinense.

Neste momento, teremos a execução do Hino
Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do hino.) [*Transcrição: Northon*]

Queremos ainda registrar a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Julio Garcia;

Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Massocco;

Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Tiago Zilli;

Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Maurício Peixer;

Registramos também a presença dos excelentíssimos senhores Juizes integrantes do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina:

Senhor Willian Medeiros de Quadros;

Senhor Jefferson Zanini;

Senhor Sebastião Ogê Muniz;

Senhor Otávio José Minatto;

Senhor Flávio Pinheiro Neto;

Senhor Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva.

Também registramos a presença do excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no período de 2002 a 2003, doutor Anselmo Cerello. O doutor Anselmo foi meu professor na Escola da Magistratura. É uma alegria tê-lo presente conosco nesta sessão especial;

Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no ano de 2011, doutor Sérgio Torres Paladino;

Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no período de 2020/2021, doutor Jaime Ramos;

Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no período de 1996/1997, doutor Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho;

Excelentíssimo senhor diretor do Departamento de Comunicação da Associação dos Magistrados de Santa Catarina, Juiz Paulo Eduardo Huergo Farah,

neste ato representando o excelentíssimo senhor Presidente, Juiz Marcelo Pizolati;

Excelentíssimo senhor Procurador do Estado de Santa Catarina, Juiz do Tribunal Regional Eleitoral no período de 2021/2023, Zany Estael Leite Júnior;

Excelentíssima senhora Juíza do Tribunal Regional Eleitoral no período de 2021/2023, Ana Cristina da Rosa Grasso;

Excelentíssimo senhor Juiz integrante do Tribunal Regional Eleitoral no período de 2020/2021, Rodrigo Fernandes;

Excelentíssimo senhor Procurador Regional Eleitoral Substituto, integrante do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Cláudio Valentim Cristani;

Senhor Secretário-Geral Adjunto da OAB de Santa Catarina, Thiago Degasperin, neste ato representando a Presidente Cláudia Prudêncio;

Excelentíssima senhora Secretária-Geral da OAB de Santa Catarina, Maria Teresinha Erbs;

Excelentíssima senhora Presidente da Comissão de Direitos Eleitorais da OAB, Cláudia Bressan Brincas.

Sejam todos bem-vindos!

Teremos a seguir a exibição de um vídeo produzido pela equipe de comunicação do TRE-SC, que mostra o trabalho realizado pela Justiça Eleitoral para o teste de confiabilidade das urnas utilizadas em Santa Catarina no ano passado. Esse trabalho foi realizado em parceria com a Assembleia Legislativa, resultado de um memorando de entendimento firmado entre as duas instituições.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas) [Transcrição: Cinthia]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Neste momento, faço uso da palavra, na qualidade de Presidente desta sessão. Ao tempo em que cumprimento o Desembargador Leopoldo Augusto Bruggemann, e com sua permissão, doutor Leopoldo, cumprimento a todos que estão conosco nesta Mesa de honra. Senhoras e senhores, boa-noite! Quero cumprimentar os integrantes do nosso Tribunal

Regional Eleitoral, os ex-Presidentes, Desembargadores, Juizes, advogados, que ali exercem suas atividades, os colaboradores de todos os setores, e estender essa saudação aos voluntários e mesários que sempre participam das nossas eleições. Faço essa saudação representando os 40 parlamentares de nossa Assembleia Legislativa, que hoje presta homenagem aos 90 anos de atividades da Justiça Eleitoral, e de nossa Corte estadual.

Inicialmente destaco a relação intrínseca que há entre a nossa atividade política, dos que exercem mandatos populares e a dos que atuam no Judiciário Eleitoral, garantindo a organização, a lisura do processo eleitoral, a transparência de todos os atos que envolvem as eleições, que são fundamentais para a credibilidade da democracia.

Sabemos que a história das eleições no Brasil perpassa pelas etapas da história do país, desde o início da colonização, quando os portugueses organizavam as primeiras vilas e decidiam quem iria governá-las. A evolução em séculos passou pela escolha de representantes da colônia na Corte Portuguesa, pelo direito aquisitivo do voto, a partir da comprovação de recursos ou bens do eleitor. Houve momentos de forte influência de governantes, já na República, inclusive com o controle das eleições de modo severo nos redutos em que valeu a influência do chamado coronelismo.

Entretanto, a partir de 1930, do século XX, o Brasil evoluiu com a estruturação da justiça eleitoral. A mulher passou a votar e ser votada, e aqui no acesso ao nosso Plenário está o busto de Antonieta de Barros, nossa primeira parlamentar, hoje referenciada em nosso Palácio Barriga Verde, com seu nome valorizando nosso auditório, e em nossa capital dando nome ao conjunto de túneis que fazem o acesso dos que nos visitam, vindo do Aeroporto Hercílio Luz para o centro ou para quem chega à ilha e vai, por exemplo, à Universidade Federal.

Mas é certo! A trajetória dos 90 anos da Justiça Eleitoral nem sempre foi serena. Houve períodos de exceção e suspensão de suas atividades

e muitos desafios mesmo durante a organização das eleições. *[Transcrição: Taquígrafa Ana Maria]*

A organização de eleições num país de dimensões continentais sempre representou um imenso desafio e não foi diferente em Santa Catarina, pois nós podemos imaginar como era realizar um pleito quando as estradas e comunicações eram precárias, ou sequer existiam em alguns rincões. Não precisamos voltar tanto no tempo para lembrar como ocorriam as apurações, até algumas décadas, com uma enorme operação logística para recolher urnas com as cédulas depositadas pelos eleitores, e depois organizar a apuração que duravam dias, em ginásios com mesas apuradoras cercadas de fiscais, com um trabalho que exigia plantões extenuantes de quem estava à frente do processo eleitoral.

É bem verdade que mudaram os tempos, mas também mudaram os desafios na condução das eleições. O sistema eleitoral se modernizou, primeiro com o recadastramento dos eleitores e o processamento na totalização de votos, depois com a introdução progressiva do voto eletrônico e da biometria. Lembro-me bem da primeira eleição para Prefeito e Vereadores com a urna eletrônica em Cunha Porã, no ano de 2000. Fui o primeiro Prefeito eleito pelo voto eletrônico em meu Município, e aquela mudança foi incrível para a comunidade porque o resultado aconteceu num espaço de tempo muito rápido, entre o encerramento da votação e o anúncio do resultado final. Mas a estruturação de um processo moderno exige grande capacidade de organização e capacitação técnica, e uma eleição não acontece somente no dia da votação, e nem nele se encerra. Há um processo complexo que exige eficiência, mobilização, capilaridade, comando, disciplina, didática, conhecimento e capacidade de operar o direito eleitoral.

Nos tempos modernos, com a velocidade e transformação do processo de comunicação, a Justiça Eleitoral também precisou se habilitar e se adaptar para enfrentar um novo desafio: a desinformação. A geração de versões inverídicas e

desqualificadas de fatos, até mesmo sobre a organização e lisura do processo eleitoral. Nesse sentido, a segurança demonstrada por nosso Tribunal Regional Eleitoral, nas eleições gerais do ano passado, que seguiu uma tradição de décadas, comprovou aos catarinenses que há um processo de organização, fiscalização, apuração e proclamação de resultado que tem a marca da máxima transparência em defesa de nossa democracia.

Também destaco que a inovação é uma marca da Justiça Eleitoral Catarinense e cito aqui o aplicativo *QRTot*, desenvolvido pelo próprio Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Este aplicativo trouxe mais transparência na totalização dos votos, possibilitando uma apuração independente da Justiça Eleitoral nas eleições de 2022 em nosso Estado. Ou seja, aqui contamos com uma ferramenta inédita no país, que atesta a confiabilidade no processo eleitoral. Quero parabenizar o Presidente do TRE de Santa Catarina, Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann, toda Corte e seus servidores pelo trabalho desenvolvido, em especial, no momento em que se aproxima a passagem da condução do Tribunal ao Presidente eleito Desembargador Alexandre d'Ivanenko, a quem desejamos êxito na sequência da tarefa em conduzir a Justiça Eleitoral, juntamente com a Vice-Presidente Desembargadora Maria do Rocío Luz Santa Ritta.

Destaco que nossa Assembleia Legislativa é sempre parceira das boas práticas em favor dos avanços do processo eleitoral. E, no último pleito, firmou entendimento, via memorando, colocando em prática para que aqui, no Palácio Barriga Verde, acontecesse a auditoria de verificação das urnas eletrônicas, na véspera das eleições gerais, auxiliando o TRE-SC a demonstrar à população a máxima transparência dos atos que envolvem a organização do processo eleitoral, conforme demonstrado no vídeo há pouco exibido pelo TRE-SC. Aliás, ao que me consta, o Tribunal de Santa Catarina foi o único que realizou essa auditoria fora da sua sede, em crédito de confiança a esta Assembleia Legislativa.

Encerro, desejando êxito ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Mais uma vez agradeço a todos os seus integrantes, magistrados, servidores e colaboradores para que continuem atuando de modo seguro em favor da democracia.

Muito obrigado!

(Palmas)

Perdão! Faço uma correção ao nome da doutora Maria, acabei me equivocando: Maria do Rocío. Perdoe-me.

A seguir, convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Henrique Búrigo) - Senhoras e senhores, uma boa noite! Na sessão especial desta noite, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina presta homenagem à Justiça Eleitoral Catarinense pelos seus 90 anos de história.

Convidamos o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Mauro de Nadal, para fazer a entrega das homenagens, juntamente com os excelentíssimos Deputados Estaduais Julio Garcia, Tiago Zilli, Maurício Peixer e Edilson Massocco. [Transcrição: Taquígrafa Eliana]

Em reconhecimento a excelência na organização e realização de eleições íntegras, seguras, transparentes, confiáveis e rápidas e pela importante contribuição para o fortalecimento da democracia, recebe a homenagem da Assembleia Legislativa o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pedimos a gentileza de que o desembargador permaneça à frente para receber a próxima homenagem, por favor.

Pelos trabalhos prestados na condução do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no período em que contemplou o marco histórico de 90

anos da Justiça Eleitoral. O Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao excelentíssimo senhor Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecemos aos excelentíssimos senhores Deputados Estaduais pela entrega das homenagens. Os senhores podem, por favor, retornar aos seus assentos.

Lembramos que esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela TVAL e pelo canal da Assembleia Legislativa no *Youtube*, onde ficará disponível para visualização. Muito obrigado e uma boa noite!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Convido para fazer uso da palavra o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, excelentíssimo senhor Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann.

O SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann) - Boa-noite a todos! Senhor Presidente Mauro de Nadal, em seu nome e em nome do Deputado Julio Garcia, cumprimento todos os membros do Poder Legislativo local. Em nome do TRE-SC, embora esteja sendo homenageado, seria egoísmo meu não iniciar a minha fala citando os antigos presidentes que por lá passaram: Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho; Desembargador Anselmo Cerello; Desembargador Sérgio Torres Paladino; Desembargador João José Ramos Schaefer; e também agora a nossa futura Vice-Presidente e futura Presidente da Corte, Desembargadora Maria do Rocío Luz Santa Ritta, que terá sob missão realizar as eleições municipais do Estado.

Não posso deixar também de cumprimentar os servidores que fazem parte da nossa galeria, pessoas que sem os senhores e as senhoras, eu não estaria nesse momento recebendo essa homenagem. Eu tenho a plena certeza do que estou falando, e eu me refiro desde a terceirizada, que serve o nosso cafezinho, até a Renata, o pessoal da imprensa, a Ana, o Gilson, nosso querido Gonsalo, então eu não

posso deixar de fazer esse cumprimento. E também enaltecer neste momento os membros do Pleno: doutor Jefferson Zanini, doutor Otávio José Minatto, doutor Flávio Pinheiro Neto, doutor Willian Medeiros de Quadros, Desembargador Sebastião Ogê Muniz, doutor Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, a nossa ex-colega, doutora Ana Cristina da Rosa Grasso. Gostaria também de cumprimentar aqueles que já fizeram parte do Pleno da nossa Corte: doutor Rodrigo Fernandes, doutor Zany Estael Leite Júnior; também o nosso querido e estimado Desembargador Jaime Ramos que aqui se faz presente; e também os Procuradores Regionais Eleitorais, Desembargador André Stefani Bertuol e o seu vice quando na sua falta no Tribunal.

Noventa anos em plena democracia. Este é um marco da Justiça Eleitoral que hoje celebramos. Criada no Brasil com a edição do Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto n. 21.076. Em Santa Catarina, desde a sua instalação em 13 de junho de 1932, sob a Presidência do Desembargador Erico Ennes Torres, então Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o funcionamento do TRE-SC ocorreu no andar superior da Prefeitura Municipal de Florianópolis onde hoje é o Banco Safra, porém muitos foram os desafios vencidos em contínua inovação sempre em busca de melhores soluções. *[Transcrição: Milyane]*

Marcada por grandes conquistas, essa história teve momentos-chave, como quando Getúlio Vargas dissolve o Congresso Nacional e outorga a nova Constituição de 1937, a qual extinguiu os partidos políticos e a Justiça Eleitoral. Vejam a grande aberração.

Porém, em 28 de maio de 1945 é editado o Decreto Lei n° 7.586, o terceiro Código Eleitoral, e a Justiça Eleitoral é reinstalada em Santa Catarina no dia 7 de junho daquele ano, sob a presidência do Desembargador João da Silva Medeiros Filho, e tendo como Vice-Presidente o Desembargador Guilherme Luiz Abry, que foi o que exerceu atividade judicante no caso do Contestado,

e leva o nome o fórum da Comarca de Blumenau onde iniciei a minha carreira como substituto.

Já no dia 9 de junho os então 44 municípios catarinenses, Desembargador Francisco, são organizados pelo TRE-SC, em 34 zonas eleitorais e 1.045 seções, contando com mais de 248 mil eleitores, 9 de junho de 1945.

Para melhor dimensionar, para vermos no futuro o número de eleitores, hoje Santa Catarina, Desembargador Cerello, conta com 295 municípios organizados em 99 zonas eleitorais, 3.517 locais de votação, 16.242 seções eleitorais e 5 milhões e 500 mil eleitores. São necessárias mais de 27 mil atividades de planejamento encadeadas, Desembargadora do Rocío, para a realização das eleições no Estado de Santa Catarina, envolvendo um verdadeiro exército. Além de juizes e promotores, dos abnegados servidores da Justiça Eleitoral, temos uma atuação imprescindível de mais de 66 mil mesários, das forças policiais, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícias Rodoviária e Estadual, Guardas Municipais, de empresas contratadas para atuar na logística de distribuição e recolhimento dos materiais eleitorais. Aqui senhor Desembargador Sérgio Paladino, no dia em que a eleição for realizada totalmente através da nossa ferramenta, nós tiraremos da estrada para recolher a mídia de resultado 22 mil funcionários, isso representa 120 mil pessoas se adotado o sistema no país. Enfim, mobilizamos um contingente muito grande para podermos viabilizar o pleito eleitoral como se espera, com transparência e total lisura.

A estreita relação existente entre o Poder Legislativo e a Justiça Eleitoral é fato conhecido por todos, e não poderia ser de outra forma, afinal é da legislação que emanam as diretrizes e limites da atuação do Judiciário, a exemplo do nosso primeiro Código Eleitoral brasileiro, promulgado pela primeira vez em 1932, ou da Carta Magna de 1988, que hoje fundamenta especialmente em seus artigos 118 a 121 a regulamentação sobre a atuação da Justiça Eleitoral.

A evolução nesse campo é contínua, seja no aspecto do normativo ou nos modelos de planejamento e realização de eleições. Incluindo a correspondente prestação jurisdicional, pois todos precisam fazer frente aos novos desafios, trazidos pela evolução da sociedade e as circunstâncias fáticas permanentemente a nos desafiar e impor necessidade da inovação e da criatividade, sempre sobre o império da legalidade e demais princípios que norteiam a administração pública. Ainda ontem no TSE falaram em eleição, no futuro, pelo telefone celular. Eu disse para o Ministro Alexandre de Moraes que "nós já temos em Santa Catarina eleição pelo celular".

No Estado de Santa Catarina a já aludida e virtuosa relação entre distintos poderes se estreita ainda mais pela proximidade institucional praticada entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal Regional Eleitoral, sempre em prol da sociedade, a exemplo do que foi realizado conjuntamente no *hall* de acesso a este plenário nos dois turnos da eleição do ano passado, em modelo inovador e passível de adoção nas demais unidades de nossa federação. Sim, foi aqui na sede do Legislativo estadual, doutor Regis Figueiredo, que foram realizados os primeiros procedimentos de auditoria das urnas eleitorais durante a votação em Santa Catarina com pleno sucesso, graças também ao concurso de vários outros parceiros institucionais, a exemplo das forças de segurança catarinense.

Esse sucesso, aliás, pode também ser verificado e comprovado pela iniciativa do *QRTot*, criação catarinense que agrega eficiência e transparência às auditorias de urna, e permitir que cada cidadão interessado possa fazer a coleta diretamente em sua seção eleitoral, a partir do encerramento da votação, para certificar-se de que corresponde ao incluído no somatório divulgado após a totalização. É a prova dos nove, o que deu na urna tem que ter o TSE. Não são os únicos exemplos de colaboração entre os órgãos e, pelo alinhamento entre suas missões e pela seriedade que a elas dedicam, há inúmeras oportunidades de

atuação em conjunto entre as duas Casas. *[Transcrição: Guilherme]*

Isso reflete também no recente termo de cooperação entre elas celebrado, cujos frutos já começam a ser colhidos pelo aprofundamento das iniciativas conjuntas relacionadas à formação da cidadania. Enalteço assim a importância da continuidade dessa exemplar atuação conjunta, sabendo que corresponde também à vontade desta Casa, que hoje nos convida. E agradeço profundamente, em nome da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e de todos os servidores, pela homenagem prestada, Deputado Mauro de Nadal, aos 90 anos da Justiça Eleitoral, que é de todos nós, sem a Justiça Eleitoral não há democracia. A eleição é feita pelo civil e jamais por um militar.

É imperioso também consignar alguns marcos que caracterizam o espírito e vanguarda da Justiça Eleitoral de Santa Catarina. Aqui trago que em 14 de setembro de 1959, o Presidente do TRE-SC, Desembargador Ivo Guilhon Pereira de Melo, encaminha expediente ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Nelson Hungria, apresentando uma máquina inventada pelo cidadão catarinense, o senhor João Pedro Guiosi, destinada às eleições pela primeira vez em 1932 ou da Carta Magna de 1988. Essa atitude demonstra, a criação da máquina, o espírito inovador e dá os primeiros passos rumo à informatização do voto.

Em 1982 no município de Joaçaba, Oeste catarinense, ocorreram as primeiras experiências de informatização do procedimento eleitoral. Já em 1986 o recadastramento eleitoral é informatizado, a máquina de escrever é substituída pelo computador e são eliminadas as fichas manuais. Foram recadastrados no Brasil 69 milhões e 371 mil eleitores. Em 15 de novembro de 1988, na cidade de Brusque, são realizados experimentos fazendo eleição por computadores paralela à eleição oficial por cédulas de papel.

Em 1989, a primeira eleição presidencial com voto direto, o TRE-SC inova no processo de totalização em parceria com o SERPRO,

descentralizando a entrada de dados em sete polos de apuração, com transmissão *on-line* ao centro de processamento localizado em Florianópolis. Em 03 de outubro de 1990 o TRE-SC é pioneiro novamente, informatizando os seus cartórios eleitorais, permitindo que na eleição daquele ano os dados possam ser transmitidos diretamente ao TRE-SC, conferindo mais agilidade na apuração e na divulgação das eleições. Ainda em 1990, no mês de outubro, é realizada a totalização diretamente pelas mesas apuradoras, mediante digitação dos boletins de urna.

No dia 31 de março de 1991, realizamos a primeira totalização, eleição totalmente informatizada da América Latina, abrangendo as etapas de voto e da consulta popular, valendo-se de votação eletrônica, desenvolvida pelo TRE-SC. De maio a novembro de 1995 o Tribunal Regional Eleitoral catarinense leva seu sistema de votação informatizado a diversos Estados da federação, realizando consultas plebicitárias em São Paulo, Goiás, Espírito Santo, Tocantins, Minas Gerais, Roraima e Rondônia, além da apresentação no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Já no ano de 1996 as capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores receberam a primeira versão da urna eletrônica. Brusque, apesar de não se enquadrar no número, é incluída como forma de reconhecimento a Santa Catarina. Em 1998, 35% do eleitorado catarinense votou por meio de urna eletrônica.

Em 2003, 60 servidores do TRE de Santa Catarina recebem formação acadêmica como gerentes eleitorais, culminando com a realização do planejamento estratégico das eleições municipais de 2004. No ano de 2005 mais uma inovação, a sala de sessões do Tribunal Eleitoral é totalmente informatizada, sendo a primeira do Brasil. Ainda em 2005 são concebidos em Santa Catarina projetos premiados nacionalmente, a certidão de quitação eleitoral via *internet*, sistema agregador de seções eleitorais e sistema de convocação de mesários - o Convoque. Em 2006 as eleições informatizadas são 100% no Estado, e é um sucesso completo.

Em 2008 chegamos próximo a minha participação no TRE-SC, junto com o Desembargador Sérgio Torres Paladino. São João Batista é um dos três municípios do Brasil selecionados para o programa de identificação biométrica. Em 2010 eu fui designado pelo Desembargador Newton Trisotto para ser o presidente da Comissão da Biometria, onde estava no Pleno o nosso querido Desembargador Sérgio Torres Paladino. Em 2010 esse número saltou para 60 municípios. Em 2014, no município de São José, no segundo turno, são transmitidos os resultados das seções eleitorais diretamente dos locais de votação, permitindo uma totalização em menos de uma hora. Em 2016, Santa Catarina instituiu o portal do eleitor, que criou um canal eletrônico de comunicação entre a Justiça Eleitoral e os cidadãos. Treze de junho de 2021 o TRE-SC inova as atividades de auditoria no pleito suplementar para prefeito e vice-prefeito no município de Petrolândia, o que é acompanhado e atestado por observadores internacionais. Ainda em 2021, a campanha "Meu primeiro título, *hashtag* BoraVotar" é um sucesso. O número de jovens eleitores salta de 15 mil para quase 60 mil. *[Transcrição: Taquígrafa Rubia]*

Em 2022 o TRE apresenta a solução *QRtot*. Essa grande inovação permite a qualquer interessado, repito, consolidar os resultados da apuração diretamente no seu *smartphone*, a partir da releitura dos *QR Codes* emitidos nos boletins de urna, testado com sucesso na eleição suplementar para prefeito e vice-prefeito de Porto Belo em cinco de junho do ano passado, na qual fez parte a doutora Cláudia Bressan Brincas.

Como resultado, em setembro, a Justiça Eleitoral de Santa Catarina firma, com o memorando de entendimento com o Ministério Público de Santa Catarina, com a anuência do digno Procurador Regional Eleitoral, doutor André Stefani Bertuol. É o mecanismo adicional para testar a integridade dos resultados divulgados pela Justiça Eleitoral. E no calendário deste ano temos a eleição para Conselheiros Tutelares, as urnas eletrônicas serão encaminhadas em 100% dos municípios, e a leitura

dos boletins de urna serão imediatos pelo Ministério Público local, e o resultado de cada município sairá em menos de cinco minutos.

Enfim, senhoras e senhores, como pano de fundo aos constantes desafios, o desenvolvimento político do Brasil é o permanente impulsionador da evolução da atuação da Justiça Eleitoral na garantia da legitimidade dos pleitos. Com esse norte, a Justiça Eleitoral catarinense segue em busca contínua para atender a sua missão institucional, que bem próximo será exercida pela nossa colega Desembargadora Maria do Rocío Luz Santa Ritta e Desembargador Alexandre d'Ivanenko. Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado a fim de fortalecer a democracia.

Partilhar um pouco dessa história é um dos nossos compromissos, resultado da atuação da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, quem sempre teve como foco a integridade, a segurança, a transparência e a consecução integral do processo eleitoral. Muito obrigado.

E agradeço, obviamente, não sei se tão merecedor, por essa Casa, do prêmio, da homenagem hoje feita a minha pessoa. Eu acreditava que era só o Tribunal, que é o que a gente representa, e a Desembargadora Maria do Rocío Luz Santa Ritta entende o que eu estou falando, e o Desembargador Francisco. Nós estamos na instituição, mas a instituição fica e nós vamos embora. Como já aconteceu com nossos ex-colegas, e ela vai ficar cada vez mais forte, porque as pessoas que são arregimentadas para o Tribunal Regional Eleitoral, como todo o nosso tribunal é de primeira classe, de primeira qualidade, e por isso eu agradeço novamente. Meu muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Essa Presidência agradece a presença das autoridades e a todos que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite, e convoca sessão ordinária para amanhã no horário regimental.

Após ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina estará encerrada a presente sessão.

(Procede-se à execução do Hino.) [*Transcrição: Taquígrafa Sara*]

Está encerrada a sessão. (*Ata sem revisão dos oradores.*)

[*Revisão: Taquiografia Yasmim*]